

A INTERSETORIALIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: 18 ANOS DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Eliane Melo de Matos

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO Afya*

eliameltos@gmail.com

Márcia Regina Castro Barroso

*Professora do Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO Afya*

marcia.barroso@unigranrio.edu.br

RESUMO

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 por meio de parceria intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, configura-se como uma política pública voltada à promoção da saúde integral de estudantes da rede pública de educação básica. Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento das temáticas abordadas ao longo dos 18 anos de implementação do programa, analisando sua evolução e relevância interdisciplinar. A partir da análise de fontes oficiais e acadêmicas, são discutidas as ações desenvolvidas, os desafios enfrentados e as contribuições do PSE para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e inclusivos. Destaca-se, ainda, o alinhamento das temáticas propostas com os princípios da educação inclusiva, especialmente no atendimento ao público-alvo da educação especial. Conclui-se que o PSE fortalece a articulação entre saúde e educação, promovendo qualidade de vida e cidadania desde a infância até a vida adulta.

Palavras-chave: Intersetorialidade; promoção da saúde; educação básica.

ABSTRACT

The School Health Program (Programa Saúde na Escola – PSE), established in 2007 through an intersectoral partnership between the Ministries of Health and Education, constitutes a public policy aimed at promoting the comprehensive health of students enrolled in public basic education. This study aims to survey the themes addressed over the 18 years of the program's implementation, analyzing its evolution, social impact, and interdisciplinary relevance. Drawing on official and academic sources, the research discusses the actions undertaken, the challenges encountered, and the contributions of the PSE to the development of healthier and more inclusive school environments. Special attention is given to the alignment of the proposed themes with the principles of inclusive education, particularly regarding the target audience of special education services. The study concludes that the PSE strengthens the articulation between health and education, fostering quality of life and citizenship from childhood through adulthood.

Keywords: Intersectorality; Health promotion; Basic education.

1. INTRODUÇÃO

Instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE) consolidou-se como uma das principais políticas públicas intersetoriais no Brasil, ao estabelecer uma parceria estratégica entre os Ministérios da Saúde e da Educação (BRASIL, 2007). Seu objetivo central é integrar ações de saúde aos ambientes escolares, promovendo o cuidado integral dos estudantes da rede pública de educação básica.

A relevância do PSE reside na sua capacidade de articular setores historicamente fragmentados, como saúde e educação, em torno de uma proposta comum de promoção da qualidade de vida, prevenção de agravos e fortalecimento da cidadania. Essa articulação está alinhada aos princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada em 2006, que preconiza ações intersetoriais, participativas e sustentáveis como estratégias para enfrentar as vulnerabilidades sociais e ampliar o acesso aos direitos fundamentais (BRASIL, 2006).

Ao longo de quase duas décadas, o programa tem se mostrado sensível às transformações sociais, incorporando temáticas emergentes e adaptando suas ações às realidades locais. A diversidade dos eixos temáticos abordados pelo PSE reflete uma concepção ampliada de saúde, que ultrapassa os limites biomédicos e reconhece a importância dos determinantes sociais, emocionais e culturais no processo de formação dos estudantes.

Este artigo tem como recorte específico a análise das temáticas desenvolvidas ao longo dos 18 anos de implementação do PSE, com especial atenção à sua evolução histórica, impacto social e potencial de contribuição para a educação inclusiva. O foco recai sobre a forma como os eixos temáticos do programa dialogam com os princípios da inclusão escolar, especialmente no atendimento ao público-alvo da educação especial.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, baseada em revisão documental e análise de fontes oficiais e acadêmicas, incluindo decretos, portarias, relatórios institucionais e artigos científicos. A abordagem permite compreender o percurso do programa, identificar os principais desafios enfrentados e discutir suas contribuições para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e equitativos.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, que contextualiza o PSE no campo das políticas públicas e da promoção da saúde. Em seguida, o desenvolvimento do tema aborda a trajetória do programa, seus eixos temáticos e sua relação com a educação especial. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que sintetizam os achados e apontam perspectivas futuras para o fortalecimento da política.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do Programa Saúde na Escola (PSE) requer a compreensão de seus fundamentos legais, conceituais e intersetoriais, que orientam sua implementação e justificam sua relevância no contexto das políticas públicas brasileiras. Instituído pelo Decreto nº 6.286, de 2007, o PSE configura-se como uma estratégia intersetorial que articula ações entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover a saúde integral dos estudantes da rede pública de educação básica (BRASIL, 2007). Essa articulação representa um avanço significativo na concepção de políticas públicas voltadas à infância e adolescência, ao reconhecer que a promoção da saúde não pode ser dissociada do contexto educacional e das condições sociais em que os sujeitos estão inseridos. O programa busca integrar ações preventivas, educativas e assistenciais, promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes e contribuindo para a redução das desigualdades sociais que afetam diretamente o desempenho escolar e a qualidade de vida.

A intersectorialidade proposta pelo PSE reflete uma mudança de paradigma na gestão pública, ao romper com a tradicional fragmentação das políticas sociais e propor uma atuação coordenada entre diferentes setores governamentais. Essa abordagem é

sustentada por referenciais teóricos que defendem a necessidade de articulação entre saúde, educação e assistência social como forma de enfrentar os determinantes sociais da saúde, tais como pobreza, violência, insegurança alimentar e acesso precário aos serviços públicos. Ao promover ações conjuntas entre profissionais da saúde e da educação, o programa fortalece os vínculos comunitários e estimula a construção de redes de cuidado que ultrapassam os limites institucionais. Nesse sentido, o PSE não apenas amplia o alcance das políticas de saúde, como também contribui para a formação de uma cultura de direitos e cidadania entre os estudantes, suas famílias e a comunidade escolar.

Além disso, o PSE está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que enfatiza a importância de práticas sustentáveis, participativas e territorializadas para a melhoria da qualidade de vida. A escola é compreendida como um espaço privilegiado para a promoção da saúde, por ser um ambiente de convivência, aprendizagem e formação de valores. A atuação do PSE nesse contexto permite a identificação precoce de agravos, o estímulo à adoção de hábitos saudáveis e a valorização da saúde mental, emocional e social dos estudantes. Ao reconhecer a escola como território de cuidado, o programa reafirma o compromisso do Estado com a proteção integral da infância e juventude, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e fortalece a perspectiva de educação integral, que considera o estudante em sua totalidade e complexidade.

A criação do PSE está diretamente alinhada aos princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada em 2006, que estabelece como diretriz a promoção da qualidade de vida por meio de ações intersetoriais, participativas e sustentáveis (BRASIL, 2006). A PNPS enfatiza a importância da atuação em ambientes escolares como espaços privilegiados para o desenvolvimento de práticas de saúde, educação e cidadania, especialmente voltadas à prevenção de agravos e à formação de hábitos saudáveis desde a infância. Nesse sentido, a escola é compreendida como um território estratégico para a promoção da saúde, conforme apontam Buss e Pellegrini Filho (2007), ao defenderem que os determinantes sociais da saúde devem ser enfrentados por meio de políticas públicas que atuem sobre os contextos de vida das populações.

Do ponto de vista teórico, o Programa Saúde na Escola (PSE) dialoga com os conceitos de educação integral, que considera o estudante em sua totalidade — corpo, mente, emoções e relações sociais — e com os determinantes sociais da saúde, que reconhecem que o bem-estar físico, emocional e social dos indivíduos está diretamente relacionado às condições de vida, ao acesso a serviços públicos e à qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar. Essa perspectiva é discutida por Barata (2024), ao destacar o papel da escola como espaço privilegiado para a promoção da equidade em saúde e para o desenvolvimento integral dos sujeitos. A perspectiva da intersetorialidade, enquanto princípio orientador, é fundamental para compreender a lógica de atuação do programa, pois rompe com a fragmentação das políticas públicas e propõe uma abordagem sistêmica e colaborativa entre diferentes setores, conforme discutido por Franco (2015), ao destacar que a intersetorialidade é condição para a efetividade das ações de promoção da saúde.

Além disso, o PSE incorpora os princípios da educação inclusiva, ao considerar a diversidade dos estudantes e a necessidade de garantir o acesso equitativo às ações de saúde, com atenção especial ao público-alvo da educação especial. Esse público é composto por estudantes que apresentam deficiência física, intelectual, auditiva, visual, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento (como o transtorno do espectro autista), altas habilidades ou superdotação, conforme definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A inclusão desses estudantes nas ações do PSE exige o reconhecimento de suas especificidades e a adoção de estratégias que assegurem o atendimento educacional especializado, bem como a promoção da saúde em formatos acessíveis e sensíveis às suas necessidades.

Essa abordagem reforça o compromisso com a construção de ambientes escolares mais acolhedores, acessíveis e promotores de direitos, conforme preconizado pelas diretrizes da educação inclusiva e pelos marcos legais que asseguram o atendimento educacional especializado. A presença de profissionais capacitados, recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas adaptadas são elementos fundamentais para garantir a efetividade das ações intersetoriais propostas pelo programa. Segundo Mantoan (2011), a inclusão escolar não se limita à presença física do aluno com deficiência na escola, mas exige a transformação das práticas pedagógicas e institucionais para garantir sua participação plena e significativa, promovendo o respeito à diversidade e à equidade no processo educativo.

A articulação entre saúde e educação, promovida pelo PSE, também se alinha às concepções contemporâneas de formação integral e cidadania ativa, ao reconhecer que o desenvolvimento dos estudantes não se dá apenas no plano cognitivo, mas envolve dimensões afetivas, sociais e culturais. Como destacam Macedo e Medeiros (2025), é necessário compreender os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade como elementos centrais para o ensino em saúde, especialmente em contextos escolares marcados por desigualdades e exclusões.

Assim, a fundamentação teórica que sustenta este estudo está ancorada em documentos oficiais, políticas públicas e referenciais conceituais que evidenciam a importância do PSE como instrumento de transformação social, promoção da saúde e fortalecimento da cidadania no contexto da educação básica brasileira. Ao integrar saberes e práticas de diferentes campos, o programa reafirma o papel da escola como espaço de cuidado, proteção e desenvolvimento humano.

3. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A trajetória do Programa Saúde na Escola (PSE) revela uma construção progressiva e adaptativa, marcada por fases distintas que refletem as prioridades sanitárias, educacionais e sociais de cada período. Desde sua criação, o PSE tem demonstrado capacidade de incorporar novas demandas da sociedade brasileira, ampliando seu escopo temático e fortalecendo sua atuação intersetorial (Lopes et al., 2018).

Nos primeiros anos de implementação, o programa concentrou-se em ações de vigilância em saúde e prevenção de agravos, com foco em práticas básicas de cuidado. Os eixos iniciais, como saúde bucal, saúde auditiva e ocular, verificação da situação vacinal e prevenção de doenças negligenciadas, evidenciam uma abordagem centrada na detecção precoce de problemas e na promoção de hábitos saudáveis. A integração com programas como o Brasil Sorridente e a realização de triagens auditivas e visuais durante a fase de alfabetização demonstram o compromisso com a saúde preventiva e com o apoio ao desenvolvimento escolar (Lima, 2024).

Com o amadurecimento do programa, observou-se uma ampliação das temáticas abordadas, incorporando questões mais complexas e sensíveis, como alimentação saudável, promoção da atividade física, prevenção ao uso de substâncias psicoativas e saúde sexual e reprodutiva. Essas temáticas passaram a dialogar diretamente com os comportamentos juvenis e com os desafios enfrentados no ambiente escolar, como a violência, o bullying e a discriminação. A inclusão de eixos como a promoção da cultura de paz e dos direitos humanos reforça o papel do PSE na construção de uma escola mais acolhedora, democrática e promotora de cidadania (Lopes et al., 2018).

Nos ciclos mais recentes, o programa passou a incorporar temas emergentes, como saúde mental, saúde ambiental e prevenção à COVID-19. A obrigatoriedade da abordagem da saúde mental nos ciclos atuais reflete o reconhecimento da importância do cuidado emocional dos estudantes, especialmente diante dos impactos da pandemia e das crescentes demandas por suporte psicológico nas escolas. A inclusão da saúde

ambiental e da prevenção à COVID-19 evidencia a capacidade do PSE de responder às urgências globais e de adaptar suas ações às novas realidades sanitárias (Lopes et al., 2018; Lima, 2024).

A diversidade dos 14 eixos temáticos do PSE revela uma concepção ampliada de saúde, que ultrapassa os limites biomédicos e incorpora dimensões sociais, emocionais e culturais. Essa abordagem está em consonância com os princípios da promoção da saúde e da equidade, conforme apontado por Macedo e Medeiros (2025), e reforça o papel da escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Embora o PSE não possua diretrizes específicas voltadas à educação especial, suas temáticas apresentam grande potencial de contribuição para a promoção da inclusão escolar. A universalidade das ações permite que escolas e equipes de saúde adaptem os conteúdos e estratégias às necessidades dos estudantes com deficiência, transformando princípios teóricos em práticas efetivas de inclusão (Unifesp, 2020).

A promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, definida como eixo central pela Portaria Interministerial nº 1.055/2017, é especialmente relevante para a construção de ambientes escolares seguros e respeitosos, nos quais todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, possam se desenvolver plenamente. Essa diretriz orienta práticas pedagógicas que valorizam o diálogo, a empatia e o respeito às diferenças, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça social. A abordagem de temas como bullying, preconceito, discriminação racial, violência de gênero e intolerância religiosa torna-se essencial para a prevenção de violências simbólicas e estruturais que afetam o cotidiano escolar. Por exemplo, ações educativas que envolvem rodas de conversa sobre diversidade, oficinas de mediação de conflitos, campanhas contra o racismo e atividades que celebram a cultura afro-brasileira e indígena são estratégias eficazes para promover o respeito mútuo e a valorização da pluralidade.

Além disso, a inclusão de práticas que envolvem os próprios estudantes na construção de regras de convivência e na mediação de conflitos fortalece os vínculos comunitários e estimula o protagonismo juvenil. Projetos como “Escola que Protege”, “Círculos Restaurativos” e “Grêmios Estudantis pela Paz” têm demonstrado resultados positivos na redução de episódios de violência e na melhoria do clima escolar. A participação ativa da comunidade escolar — incluindo professores, gestores, famílias e profissionais da saúde — é fundamental para consolidar uma cultura de paz que ultrapasse os muros da escola e se reflita nas relações sociais mais amplas. A escola, nesse contexto, deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser reconhecida como território de cuidado, acolhimento e transformação social.

No caso dos alunos com deficiência, a promoção da cultura de paz assume um papel ainda mais relevante, pois contribui para a superação de barreiras atitudinais que muitas vezes dificultam sua plena inclusão. Atividades que envolvem a sensibilização da comunidade escolar sobre os direitos das pessoas com deficiência, a valorização das potencialidades individuais e o combate ao capacitismo são fundamentais para garantir ambientes verdadeiramente inclusivos. Ações como a Semana da Pessoa com Deficiência, palestras com especialistas em inclusão, adaptações curriculares e o uso de recursos de acessibilidade comunicacional e pedagógica são exemplos concretos de como a cultura de paz pode ser operacionalizada no cotidiano escolar. Assim, o eixo da cidadania e dos direitos humanos no PSE não apenas orienta políticas públicas, mas também inspira práticas transformadoras que promovem o respeito, a equidade e a justiça dentro e fora da escola.

A saúde mental, outro eixo prioritário, é fundamental para o atendimento às demandas emocionais e sociais dos estudantes da educação especial, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais à sua participação plena na vida escolar. O suporte psicológico e a identificação precoce de sofrimento psíquico são estratégias que favorecem a inclusão e o bem-estar (Lopes et al., 2018).

A promoção de práticas corporais e atividade física também se destaca como área de

grande potencial inclusivo. A oferta de atividades físicas adaptadas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento motor, social e emocional dos alunos com deficiência, promovendo sua autonomia e participação ativa (Lima, 2024).

Outros eixos, como a prevenção de violências e acidentes e a promoção da alimentação saudável, embora não direcionados exclusivamente à educação especial, possuem relevância indireta ao favorecer ambientes escolares mais seguros e saudáveis para todos. Assim, o PSE se configura como uma política pública capaz de fomentar práticas inclusivas, desde que suas ações sejam planejadas com sensibilidade às especificidades dos diferentes públicos escolares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Saúde na Escola (PSE) configura-se como uma política pública estratégica e dinâmica, capaz de articular ações intersetoriais entre saúde e educação com vistas à promoção da saúde integral dos estudantes da rede pública de educação básica. Ao longo de seus 18 anos de implementação, o programa demonstrou flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas emergentes da sociedade brasileira, incorporando temáticas que vão desde a prevenção de agravos até questões complexas como saúde mental, cultura de paz e inclusão.

A diversidade dos eixos temáticos e a abrangência das ações realizadas evidenciam o compromisso do PSE com uma concepção ampliada de saúde, alinhada aos princípios da equidade, da cidadania e da formação integral. A análise histórica e temática do programa revela não apenas sua evolução, mas também seu potencial transformador na construção de ambientes escolares mais saudáveis, seguros e inclusivos.

Embora o PSE não possua diretrizes específicas voltadas à educação especial, suas ações apresentam grande potencial de contribuição para a promoção da inclusão escolar. A universalidade das temáticas permite que escolas e equipes de saúde adaptem as estratégias às necessidades dos estudantes com deficiência, fortalecendo práticas pedagógicas e sanitárias que respeitam a diversidade e promovem a equidade.

Conclui-se, portanto, que o PSE representa uma ferramenta essencial para a articulação entre políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, saudável e comprometida com os direitos de crianças e adolescentes. Seu fortalecimento e aprimoramento contínuo são fundamentais para que se consolide como um espaço efetivo de promoção da saúde e da inclusão no contexto educacional brasileiro.

4. REFERÊNCIAS

BARATA, Rita de Cássia. Determinantes sociais da saúde e a promoção da equidade nas escolas brasileiras. São Paulo: Editora Fiocruz, 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html>.

Acesso em: 29/08/2025

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *PSE 18 anos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/pse-18-anos>>.

Acesso em: 11 jun. 2025.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 11–17, jan./abr. 2007.
- FRANCO, Tânia Maria de Oliveira. Intersectorialidade e políticas públicas: desafios para a promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 6, p. 1903–1912, 2015.
- LIMA, M. N. *Programa Saúde na Escola no Brasil: uma revisão integrativa*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8519/4/TCC_MatheusLima.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 773–789, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n118/773-789/>>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- MACEDO, Kátia; MEDEIROS, Mariana. Educação em saúde e interseccionalidade: desafios para a formação cidadã. *Revista Brasileira de Educação*, v. 30, e300040, 2025.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, spe3, nov. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bRWTGkFzXmcGCPSJrWm7hbC/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. *Educação inclusiva e educação em saúde: um estudo do entrelaçamento de práticas*. São Paulo: Unifesp, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/20718>>. Acesso em: 25 jun. 2025.